

## PRAÇA PRESIDENTE VARGAS: LINGUAGEM E DIALOGISMO NA RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE PATO BRANCO (PR)<sup>1</sup>

Jozieli Camila Cardenal<sup>2</sup>  
Anselmo Pereira de Lima<sup>3</sup>

**Resumo:** *O presente estudo analisa momentos ocorridos na Praça Presidente Vargas, situada em Pato Branco, Paraná, Brasil, a partir da teoria da análise dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin, visando interpretar o espaço público enquanto enunciado construído historicamente. Ao reconhecer que o espaço físico urbano pode ser concebido enquanto forma relativamente estável, que tem gênero e, por isso, não deve ser reduzido a um produto acabado, evidencia-se que, assim como a dinâmica social promovida por seus atores, o lugar está em constante transformação. Por estar em movimento contínuo, não está finalizado, resultando de um processo histórico urbano, de configuração e reconfiguração física e social, que reflete o processo de desenvolvimento local.*

**Palavras-Chave:** Espaço público; Enunciado; Gêneros do discurso; Desenvolvimento; História; Planejamento urbano.

### ***PRESIDENTE VARGAS SQUARE: LANGUAGE AND DIALOGISM IN RECONFIGURATION OF PUBLIC SPACE IN THE CITY OF PATO BRANCO (PR)***

**Abstract:** *The present study analyzes moments which took place at the President Vargas Square, located in Pato Branco, Paraná, Brazil, stemmed from the dialogical analysis theory of the speech by Mikhail Bakhtin, with the aim to interpret the public space while utterance built historically. After acknowledging the public space can be conceived while in a relatively stable form, that has a genre, and because of that it cannot be reduced to a finished product, it is made clear that, just as the social dynamics fostered by its actors, the place is in constant transformation. Since it is in continuous movement, it is not finished, resulting in an urban and historical process, of both configuration and reconfiguration, physical and social, which reflects the process of local development.*

**Keywords:** Public space; Utterance; Speech genres; Development; History; Urban planning.

### **Introdução**

Neste artigo, partimos da perspectiva de que as relações sociais desencadeadas nos espaços públicos, especialmente nas praças, oportunizam a interação e a troca de experiências, sendo responsáveis pelo movimento contínuo que reconfigura o tecido urbano local e que, a partir da materialidade que desencadeiam, demonstram demandas e interesses de diferentes esferas sociais. Sendo assim, olhar o espaço público enquanto paisagem inanimada, como se o mesmo fosse resumido apenas por concreto, vidro e metal, é ignorar a sua principal matéria prima: a vida em sociedade.

Longe da superficialidade da matéria meramente física, a Praça central de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, sedia, desde que foi constituída, um movimento contínuo que reúne experiências e interesses particulares ou de grupos específicos, que ao longo de oito décadas de

---

<sup>1</sup> Este artigo deriva da dissertação com o mesmo título, apresentada em fevereiro de 2018 ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional - PPGDR, ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Câmpus Pato Branco.

<sup>2</sup> Profa. Ma. do curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP): [jozieli.cardenal@unidep.edu.br](mailto:jozieli.cardenal@unidep.edu.br)

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras - PPGL, ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco: [anselmo@utfpr.edu.br](mailto:anselmo@utfpr.edu.br)

história foram responsáveis pela transformação (e reformulação) do espaço público, enquanto objeto da ação (e criação) humana.

Propomos, portanto, um passo ousado: associar uma teoria da Linguística, a autores clássicos e contemporâneos do Planejamento Urbano, da Comunicação, do Desenvolvimento e da Sociologia. Essa teoria é a análise dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin, que nos norteia no reconhecimento de cada novo fenômeno, fruto do dialogismo. Essa dinâmica construiu, ao longo da história, uma complexa teia de experiências que influenciou o processo de arranjo e rearranjo, físico e simbólico, da Praça Presidente Vargas.

No decorrer da história da cidade de Pato Branco, observa-se a dinâmica adotada pela população ao relacionar-se com a Praça central. Isso porque, desde a década de 1930 (VOLTOLINI, 2005, p. 249), antes mesmo da emancipação política do município, ocorrida em 1952, esse espaço público configura-se, também, por receber os principais acontecimentos da cidade, sendo, muitas vezes, objeto de disputa.

Resultado da prática social, essa reconfiguração, em diferentes momentos, foi conduzida por atores e esferas de poder, bem como por valores simbólicos ligados a capitais sociais. Nesse processo de apropriação, eventos, mobilizações, elementos físicos e obras de arte passaram a compor o tecido urbano e a percepção sobre esse “espaço público”.

Na medida em que a cidade desenvolveu-se, a Praça Presidente Vargas passou a ser instrumento de ação do poder público sobre a sociedade, por meio de um processo que recebeu (e ainda recebe) constante migração. Como instrumento do poder público, o local influencia a vida cotidiana a partir da sua dinâmica. Assim, além de diversas intervenções físicas, o reconhecimento e o papel social da Praça também foram recriados ao longo da história.

Portanto, a teoria bakhtiniana, essencialmente associada à linguística, será aplicada a aspectos do planejamento e do desenvolvimento urbano, partindo da perspectiva de que a produção de sentido é gerada pelas experiências humanas, de acordo com cada contexto e momento histórico – o que não é diferente em se tratando de um espaço público urbano. Assim, este estudo sobre a Praça central de Pato Branco apresenta a linguagem enquanto elo enunciativo da existência humana na constituição histórico-social da cidade, por meio da análise de enunciados que, unidos, constroem a história do espaço público enunciativo.

### **Reflexões Sobre a Formação das Cidades**

Historicamente, as praças configuram-se como espaços convidativos para o passeio, para o encontro e também para sediar as atividades sociais. O fato de serem áreas geralmente abertas, sem grades que as delimitem, possibilita a reunião de diferentes grupos e perfis plurais de atores sociais. Contudo, muito além de espaços meramente transitórios, que recebem experiências e

permanecem inertes, caracterizam-se como espaços públicos em constante movimento – processo de transformação que, na medida em que modifica-se de forma contínua, distancia-se de uma postura harmoniosa ou amistosa. Há um duelo histórico, que torna o espaço público arena da vontade popular e política.

Contudo, para chegarmos a essa percepção, é preciso reconhecer a perspectiva histórica em relação à origem e evolução das cidades para, num segundo momento, partirmos para reflexões sobre a formação e dinâmica relacional existente no espaço público urbano “praça”. Este último, por ser uma derivação da cidade e, sobretudo, por permanecer intrínseco a ela, também é produto das relações estabelecidas entre sociedade e natureza – e configura-se na maneira como o homem, enquanto agente social, age sobre o ambiente em que está inserido.

A perspectiva da praça como principal espaço público de uma cidade surge na Antiguidade greco-romana, na figura da *Ágora* ou do *Fórum* – era ali que a vida e a cidadania aconteciam (CALDEIRA, 2016, p. 03). A apropriação popular do espaço público, ao retomarmos a representatividade histórica da *Ágora* da Atenas Antiga, ganha ainda mais relevância se considerarmos que, nela, “[...] os cidadãos livres exerciam a política, por meio da ação e do discurso. A palavra era compartilhada, e decisões eram estabelecidas”, (CALDEIRA, 2016, p. 03)<sup>4</sup>. Consideramos, neste estudo, que essa relação da praça enquanto espaço da cultura, da política e da vida em sociedade, ainda persiste.

Basta refletirmos um pouco sobre a dinâmica de uma cidade para percebermos que as ruas, por exemplo, possuem caráter mais funcional, cuja finalidade principal é transitória. Já as praças costumam receber o fluxo intenso do comércio estabelecido nas suas imediações e sediam os eventos públicos, consolidando, assim, o caráter simbólico do espaço, que é ampliado pelo uso coletivo (FILHO, 2008, p. 34). Os elementos que fazem parte do espaço físico expressam diferentes contextos sociais no decorrer da história, bem como apresentam a articulação entre o pensamento ideológico e a estética da cidade (FILHO, 2008, p. 25). Assim, a representatividade social das praças pode ser interpretada da seguinte maneira:

Vista no conjunto de espaços da cidade, a praça reúne elementos históricos e formais que designam como um dos espaços mais importantes do meio urbano. [...] e históricos, porque, ao possuir características que permitem a concentração de pessoas, atrai atividades importantes para o seu próprio espaço e para o entorno, atuando como um cenário importante dos fatos sociais. (FILHO, 2008, p. 32)

<sup>4</sup> Eis, aqui, uma breve reflexão sobre a construção do gênero enquanto performance social e histórica (BUTLER, 2018), isso, porque, na *Ágora* da Atenas Antiga, mulheres não participavam dos debates políticos. Ou seja, não integravam o grupo de cidadãos reconhecidos como “livres”. Aqui, surge a possibilidade de reflexões os conceitos e definições de “liberdade” e sua alternância no espaço-tempo social.

Ao contrário de lugares que surgem aleatoriamente, as praças resultam de processos intencionais. Desde o momento em que são criadas, são concebidas na tentativa de viabilizar espaços que sejam significativos para as relações sociais (FILHO, 2008, p. 33). Essa perspectiva ganhou ainda mais relevância no meio urbano durante o século XIX, em virtude do aumento da população mundial, especialmente em grandes cidades. Como resultado, fatores estéticos em relação à forma e estrutura das praças começaram a ganhar mais visibilidade nos debates sobre o futuro das cidades, “[...] a partir das primeiras intervenções modernizadoras, que alteravam a forma e o aspecto dos espaços públicos existentes”, (FILHO, 2008, p. 34).

Para Filho (2008, p. 37), esses espaços são os núcleos mais fortes que preservam a história urbana, pois contribuem diretamente na origem das cidades, justamente por serem um dos “espaços primeiros”, àqueles que foram criados inicialmente, simultaneamente à formação dos municípios, tendo, portanto, papel fundamental na compreensão da história e da evolução urbana de determinada localidade. Assim, ao nos referirmos à área central de uma cidade, não estamos apenas mencionando características geográficas, mas mencionando o local que recebe o centro da vida social, o centro das decisões históricas.

Contudo, há um duelo entre a preservação e a recriação da história. Isso porque, de acordo com a concepção apresentada por Scifoni (2015, p. 212), o patrimônio histórico-cultural de uma cidade, por vezes, é encarado como negócio, característica que depende, diretamente, da intervenção do Estado. Esse conflito ocorre no momento em que um espaço urbano impede a edificação de um empreendimento privado ou interfere na dinâmica de determinado local, por exemplo. Para legalizar tais “ajustes” físicos, políticas públicas são criadas e determinadas ações passam a ser legalizadas (SCIFONI, 2015, p. 212).

Nesse processo contínuo de criação e recriação há, ainda, movimentos de ruptura, uma vez que a cidade configura-se como um campo de lutas que questionam as normas da vida urbana. Essa divisão social, somada às atividades de trabalho e produção (e reprodução) de sentido, constitui a materialidade da cidade, bem como das relações históricas e sociais que também contribuem no desenvolvimento dessas localidades (CARLOS, 2015, p. 26).

Diante dessa perspectiva, o espaço urbano, especialmente o público, passa a ser concebido como produto de lutas, uma vez que relações contraditórias convivem no mesmo ambiente, produzem e compartilham experiências, gerando situações de tensão. O desenvolvimento do capital é responsável pela formação dessa arena, pois a configuração do espaço ocorre a partir do embate entre os interesses políticos, econômicos e as necessidades da sociedade. Contudo, essas diferenças entre os atores inseridos nesse contexto, não impedem o movimento urbano de criação e recriação (repetição/recriação/permanência/mudança), pelo contrário, o intensifica (CARLOS, 2015, p. 71). Nesse campo de lutas “[...] os interesses e as

batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. O urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente”, (CARLOS, 2015, p. 71), o que ocorre, inclusive, em momentos de discordância e tensão que constituem transformações sociais. Afinal, a mudança gera responsividade, como veremos a seguir.

### **A Contínua Reconfiguração das Cidades e seus Espaços Públicos**

Enquanto produto da atividade humana, as cidades vivem um processo contínuo de formação, pois são constituídas no decorrer da história. A materialidade que resulta dessa permanente transformação, também atende a determinações históricas que variam de acordo com cada contexto e, portanto, acompanham determinadas épocas e normas institucionalizadas em cada região, espaço e tempo (CARLOS, 2015, p. 57).

Assim, a cidade assume diferentes formas, de acordo com os distintos momentos históricos que a transfiguram. Em cada um desses momentos, há elementos comuns, que variam em valoração, mas que existem e inferem diretamente na dinâmica de um município: a organização política; a estrutura de poder da sociedade; a natureza e a segmentação da economia local; e as classes sociais (CARLOS, 2015, p. 57).

Portanto, considera-se que a cidade não é um produto acabado ou definitivo, pois “[...] as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico”, (CARLOS, 2015, p. 57). Ou seja, o processo histórico de arranjo e rearranjo é contínuo e faz parte da construção social do meio urbano. Muito além de refletir apenas na configuração física, essa transformação reflete esferas sociais, assim como está diretamente ligada à economia local, pois:

A história da paisagem urbana mostra os sinais do tempo que nela impregna suas profundas marcas. O mundo é produto do homem, da sociedade e, portanto, o espaço produzido em cada momento será concretamente diferenciado. Podemos entender o mundo sensível como produto do homem, resultado da atividade de várias gerações, cada uma ultrapassando a precedente e aperfeiçoando sua indústria, seu comércio, e com isso criando infinitamente novas formas. (CARLOS, 2015, p. 58)

Todavia, a relação entre sociedade e espaço urbano ocorre em todas as cidades, é um processo natural, conforme pontua Aldo Rossi (2001, p. 05). O autor lembra que tal relação manifesta-se independentemente da cultura predominante, evidenciando a proximidade entre a urbanização e a linguística, bem como a necessidade de analisar tal relação. Para tanto, ele relaciona a ciência linguística à ciência urbana, alegando que o desenvolvimento da segunda necessita do reconhecimento da descrição e da história das cidades, a partir da “[...] pesquisa das forças que agem de maneira permanente e universal em todos os fatos urbanos. E, naturalmente, sua necessidade de delimitar-se e definir-se”, (ROSSI, 2001, p. 05).

É justamente o movimento dos espaços públicos que norteia este estudo, pois uma das principais características desses ambientes urbanos é a constante transformação física e simbólica, que estabelece um processo de arranjo e rearranjo diretamente ligado à história de cada local. Eis, portanto, um importante elemento que, associado ao espaço público e aos agentes sociais (comunidade), traduz a memória e a cultura da cidade: a *imaginária urbana* (FILHO, 2008, p. 25), que “[...] expressa, também, a tônica da intervenção urbana de cada período de quando é instalada, pois quase sempre antecede ou estimula reformas no espaço”, (FILHO, 2008, p. 23).

Assim, o objeto de estudo escolhido para mostrar o movimento social e simbólico que um lugar estabelece na cidade e em seus agentes, é a Praça central de Pato Branco, a Praça Presidente Vargas, onde experiências lançadas pelo setor público e pela população serviram como espelho para intervenções urbanas que carregam a memória e a cultura do município<sup>5</sup>.

### **A Construção Social de Discursos e Enunciados**

Para elucidar a valoração simbólica presente na relação interlocutiva estabelecida na história e transformação da Praça Presidente Vargas, é preciso promover um diálogo entre esse processo de contínua reconfiguração histórico-social. Nesse sentido, a análise dialógica do discurso de Mikhail Bakhtin vem sendo debatida por pesquisadores em diferentes contextos da atividade humana, justamente porque, a partir da análise de enunciados da vida social, é possível identificar repetições e recriações que traduzem importantes aspectos sociais, culturais e históricos.

A relação entre o homem e a linguagem é permanente, pois a interação que o sujeito estabelece com o ambiente em que está inserido ocorre por meio da comunicação, seja oral, escrita ou verbo-visual<sup>6</sup>. Todavia, a forma como recebemos as influências geradas pela coletividade, por meio da linguagem, assim como o direcionamento que atribuímos ao compartilharmos nossas impressões particulares no contexto social, constituem um conjunto complexo da atividade humana que tem caráter transformador, pois pode influenciar questões de âmbito social, político, cultural, econômico e ideológico.

Essas interações, que culminam em transformações sociais, são concebidas por meio de enunciados concretos – estes contêm signos ideológicos e se manifestam por meio dos gêneros do discurso (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1077). Compreender que a vida, a partir da atividade humana, é constituída por um sistema de signos que conhecemos como língua,

<sup>5</sup> Essa relação será apresentada mais detalhadamente no tópico quinto.

<sup>6</sup> A perspectiva *verbo-visual* refere-se às diversas interações promovidas pelo sujeito no espaço social. Estas, por sua vez, também criam signos e elementos da linguagem, o que nem sempre é configurado pela palavra (escrita ou dita). Essa definição será apresentada, de forma mais detalhada, neste mesmo tópico.

responsável por diversas formas de comunicação e que é inserido à vida por meio de enunciados, é o ponto de partida deste artigo, que aborda importantes concepções da teoria bakhtiniana.

A força dessa concepção pode ser observada quando Bakhtin (2011) afirma que “[...] a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional”, (BAKHTIN, 2011, p. 265). Assim, percebe-se, num primeiro momento, que a produção histórica e social da sociedade está, nas mais variadas formas, ligada ao processo enunciativo.

O discurso tem materialidade e usa a língua, portanto, é preciso reconhecer o contexto social e histórico em que foi construído, pois a produção do enunciado (e do discurso) vai além da língua concebida em dado momento. Dessa forma, o *discurso social* não pode ser confundido com o texto, com a fala ou com a própria língua. O discurso é uma unidade de análise que possui materialidade e representações verbo-visuais (o texto falado, escrito, fotografias, etc), e utiliza a língua para conceber-se enquanto signo, inserido em um núcleo problemático, que possui história e vasto repertório simbólico.

Para compreender o discurso e identificar as unidades de análises, ou seja, os enunciados, é preciso ir além do texto ou da manifestação linguística que representa o objeto de estudo. É preciso saber “[...] quem usa a língua para se dirigir a quem, em que contexto, incluindo momento, local, interlocutores e suas relações sociais, ambiente (institucional, familiar, entre outros)”, (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1078).

Sendo assim, toda expressão que é dirigida a alguém, foi originada por alguma ação, sendo transmitida ou compartilhada no contexto social por algum objetivo. Cada enunciado que integra um discurso estabelece “[...] um elo real na cadeia da comunicação discursiva em determinado campo da atividade humana ou da vida”, (BAKHTIN, 2011, p. 288). Então, é preciso haver interação entre os sujeitos, pois a enunciação é construída pela coletividade, pela troca de experiências entre as pessoas.

Portanto, quando propõe-se analisar essas interações, é preciso considerar não somente o contexto da situação imediata, mas sim o “[...] histórico de interações dos interlocutores e as formas de interagir na sociedade ao longo da história”, (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1083), uma vez que as pessoas se baseiam no que ocorreu anteriormente (no passado) para agir no agora, antecipando reações, resultados e consequências. Se essa corrente discursiva está sendo construída ao longo da história, sendo organizada por outros enunciados, então, cada falante não é o primeiro “[...] a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes [...]”, (BAKHTIN, 2011, p. 272).

Eis uma das principais concepções bakhtinianas, a de que a *língua reflete e refrata*. Bakhtin (2011, p.294-295) afirma que “[...] a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros”. Essa concepção parte do princípio de que todos os enunciados possuem palavras de outras pessoas, que atribuem valor a questões sociais, cujo tom valorativo é assimilado e reelaborado a partir das percepções do sujeito, que é locutor-receptor, pois também reproduz o seu discurso, atribuindo novas significações ao discurso pré-concebido por outras pessoas, pois é atuante.

Vale evidenciar a capacidade enunciativa de cada novo autor, que recria e dá sentido ao seu próprio discurso, mesmo que, para desenvolvê-lo, tenha recebido inúmeras interferências presentes no seu repertório cultural, adquiridas ao longo da sua vida e da sua trajetória, que atende os ambientes sociais a que pertence ou frequenta. “Por isso o enunciado é representado por ecos como que distantes e mal percebidos das alternâncias dos sujeitos do discurso e pelas totalidades dialógicas [...]”, (BAKHTIN, 2011, p. 299). Contudo, na medida em que são recriadas, o teor dialógico é enfraquecido ou alternado, de acordo com a expressão de cada sujeito-autor.

Uma das afirmações mais representativas de Bakhtin (2014) refere-se à percepção ideológica presente na composição discursiva produzida em sociedade. Segundo ele, “[...] tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso anterior”, (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 153). A partir dessa afirmação, fica ainda mais evidente a importância de se reconhecer os traços anteriores, a história, em que o ato de apreender a enunciação dos outros, não torna o receptor mudo ou incapaz de participar, ativamente, de um diálogo ou de uma ação concreta (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 153-154).

Todo produto ideológico possui significado e retrata outra realidade, exterior a si, não sendo meramente uma parte material no elo de enunciação; é, no entanto, um signo, que reflete e refrata simbolismos que ultrapassam sua natureza física (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p.31). A Praça Presidente Vargas, por sua vez, pode ser caracterizada como instrumento de produção ideológica, conforme elucidaremos a partir de agora.

Uma praça, enquanto produto da vida urbana, possui caráter superficialmente transitório, sem grandes pretensões de causar qualquer mudança na ordem social. Afinal, o que mais poderia causar um espaço aparentemente físico, imóvel e imutável? Todavia, enquanto signo da prática social, o lugar recebe significações que ultrapassam sua forma natural e o distanciam da configuração supostamente inerte. Por receber diferentes interpretações ideológicas, acaba sendo, ao longo de sua história, instrumento e objeto de ação por parte da comunidade e do poder público. Considera-se, portanto, que:



Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 32-33)

Portanto, é necessário considerar que a realidade determina o signo, enquanto este reflete e refrata a realidade. Esta, por sua vez, está em permanente transformação. O mesmo vale para a Praça Presidente Vargas, que ao longo da sua história foi constituída por relações de interação socioverbais, cujo processo de concepção de distintas realidades esteve (e está) diretamente ligado à estrutura sociopolítica; dele, derivam as mais variadas formas de comunicação verbal, presentes em todas as situações da vida em sociedade, seja no trabalho, na trivialidade do âmbito familiar, no posicionamento político ou na produção ideológica de sentido (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 42).

Enquanto produto do corpo social, a praça é um ambiente que recebe os atos da fala, de toda espécie, bem como as várias formas de criação ideológica, o que estão concebidas no dia a dia por meio de conversas casuais, reuniões, eventos sociais, apresentações artísticas, solenidades oficiais, discursos políticos, entre outros. Todavia, a relação verbal, produto da atividade humana, reflete realidades e acontecimentos, bem como formas diversas de enunciação e de discursos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 43).

Ao considerar as diversas formas de interação verbo-visual, observa-se que as mesmas estão diretamente ligadas às condições de determinada situação ou contexto social. Assim, elas reagem e adequam-se às alternâncias, que também são concebidas como “flutuações da atmosfera social”. Desse processo surgem variações de arranjo e rearranjo do corpo social materializado no enunciado (palavra ou ação). Esse deslocamento, num primeiro momento, não é percebido. Com o passar do tempo, na medida em que a sociedade assimila as mudanças e cria novos significados a partir da nova condição, a alternância ganha expressão nas produções ideológicas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 43).

## **Análises**

### **Praça Presidente Vargas: Enunciado Da Vida Urbana**

A primeira capela de Pato Branco foi construída em 1930 e, em 1935, iniciou a construção da segunda capela da cidade (VOLTOLINI, 2005, p. 213-215), na área que, a partir disso, seria reconhecida como a praça central da cidade<sup>7</sup>. De acordo com Voltolini (2005, p. 291), considerando que, “[...] num povoado interiorano nos moldes de Villa Nova<sup>8</sup>, tudo girasse em torno da igreja, mudou-se também o ponto polarizador da vila, mantendo-se através dos anos e transformando-se no centro da cidade de Pato Branco”.

Fotografia 1: Segunda capela de Bom Retiro/Villa Nova, situada na área correspondente à Praça Presidente Vargas.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal de Cultura de Pato Branco.

A decisão de padres franciscanos pela transferência da igreja, na década de 1930, conduziu não somente a delimitação da Praça, mas a formação do anel central, pois fomentou a instalação de estabelecimentos comerciais no entorno do espaço (VOLTOLINI, 2005, p. 83). Mas esse período inicial da formação da Praça Presidente Vargas não foi amistoso. As famílias sabiam que a localização da Praça definiria o ponto polarizador do desenvolvimento, recebendo o comércio e as vantagens de residir no Centro da vila.

<sup>7</sup> O primeiro nome atribuído à praça central de Pato Branco foi “Praça Brasil” (VOLTOLINI, 2005, p. 165). Em 25 de outubro de 1953, o então prefeito, Plácido Machado, sancionou a lei nº 49/53, que previa a denominação de praças e ruas, entre elas a Praça Presidente Vargas (CARDENAL, 2018, p. 107).

<sup>8</sup> “Villa Nova” era o nome atribuído à localidade na época. Contudo, no final da década de 1930, o prefixo do telégrafo divulgou consigo a expressão “Pato Branco”, uma vez que os operadores chamavam a unidade de “posto do Rio Pato Branco”, pois a mesma situava-se nas proximidades desse rio (VOLTOLINI, 2005, p. 181-183). Logo, as demais cidades do Estado conheciam a localidade pelo nome “Pato Branco”, que foi popularizado e passou a ser inserido, inclusive, em registros de nascimento, o que foi oficializado na década de 1940 (VOLTOLINI, 2005, p. 183-184).

Assim, o entorno da Praça passou a receber o comércio local e a formação de uma economia que passaria a atrair toda a região. Entre as famílias pioneiras que acompanharam o fluxo do anel central que começava a se formar, estava a do professor Juvenal Cardoso, reconhecido pelo pioneirismo na educação de Pato Branco. Como a escola situava-se junto à casa do educador, ganhava nova sede a cada mudança da família, por isso também se instalou no entorno da Praça (VOLTOLINI, 2005, p. 289).

No ramo hoteleiro, entre as décadas de 1940 e 1950, Pedro Ramires de Mello transformou o armazém da família no Hotel Brasil, também no entorno da Praça. O estabelecimento, que levava o nome da Praça na época, foi vendido para Clemente Pastro, em 1950. Contudo, “Pedro Xisto” continuou no ramo e construiu o Hotel Rodoviária (hotel em cima e rodoviária embaixo), também nas proximidades, uma vez que Pato Branco já recebia linhas regulares de ônibus – algo de representatividade regional para a época (VOLTOLINI, 2005, p. 82). Além do comércio e dos hotéis, a Prefeitura Municipal também ficava nas imediações da Praça.

Nas fotos abaixo, que mostram a fachada dos dois hotéis e a visão de quem está na Avenida Tupi, diante da Praça, é possível observar que já havia pontos de táxi no entorno da área, característica preservada até os dias de hoje, porém, na Rua Guarani (via paralela).

Fotografias 2,3 e 4: Montagem feita pela autora, que mostra a fachada do Hotel Brasil e do Hotel Rodoviária, ambos na Avenida Tupi. Na primeira imagem, o Hotel Rodoviária está em primeiro plano, em que o Hotel Brasil aparece à esquerda.



Fonte: Acervo do Departamento Municipal de Cultura de Pato Branco.

Foi na Praça Presidente Vargas<sup>9</sup>, aliás, que a representatividade social dos meios de comunicação começou a despontar em Pato Branco, ainda sob os primeiros passos da urbanização. Em 1948, a cidade ganhou seu primeiro “veículo de comunicação”, a chamada

<sup>9</sup> Anexo A - para ilustrar os principais elementos que contornavam e formavam a Praça Presidente Vargas entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, o mapa indicado visa facilitar a leitura e localização do leitor.

“Torre do Odorzick”<sup>10</sup>, instalada na Praça central pelo candidato a deputado estadual Antonio Odorzick Filho.

A torre de madeira tinha 17 metros, três potentes cornetas no alto e um estúdio completo na base. Após o período eleitoral, Odorzick deixou os equipamentos para a comunidade, que utilizou a estrutura para algo inédito até então para quem residia na localidade: a partir disso, foi possível divulgar chamados, convocações, notícias e propagandas, inclusive sessões musicais, que eram realizadas aos domingos e dias festivos (VOLTOLINI, 2005, p. 335).

Na história da Praça central de Pato Branco, houve outro veículo de comunicação a estabelecer expressiva relação entre a comunidade e o espaço público. A Rádio Colmeia – a mais antiga da cidade, atualmente denominada Celinauta, perfazendo mais de 60 anos de existência – nos primeiros anos de atividade esteve situada no entorno da Praça Presidente Vargas. O lugar tornou-se ponto de encontro dos agricultores durante a Revolta dos Posseiros<sup>11</sup>, o maior movimento agrário do Sul do Brasil, que teve a Praça Presidente Vargas como local da mobilização dos agricultores em outubro de 1957, pois a comunidade ficava sabendo pelo rádio o que estava acontecendo.

Durante o movimento da Revolta dos Posseiros, a Praça Presidente Vargas recebia as reuniões dos agricultores<sup>12</sup>, motivados por lideranças locais e pela representatividade da rádio (VOLTOLINI, 2003, p. 183). Diante do reconhecimento dos agricultores em relação à Praça enquanto ponto de encontro, é preciso considerar que os campos da vida e da atividade humana acompanham tradições expressadas e verbalizadas. Essas manifestações são condicionadas pelos *senhores do pensamento*, que detêm ideias determinantes, que são concebidas como fundamentais para a sociedade em que estão inseridos (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Ao longo da história de Pato Branco, bem como da Praça Presidente Vargas, foram gerados enunciados que representam o simbolismo do espaço público e que refletem demandas da população local. Um exemplo é a Matriz São Pedro Apóstolo<sup>13</sup>, edificada entre 1960 e 1965, numa mobilização histórica de cooperação entre os moradores locais. Nesse episódio, há mais um exemplo de criação e recriação, em que a igreja inaugurada em 1937 e que conduziu a

---

<sup>10</sup> Anexo B.

<sup>11</sup> Esse movimento se deu pelas características de apropriação das terras no Sudoeste, especialmente Pato Branco, em que boa parte dos moradores que migraram para a cidade e região, tomaram o território de suas propriedades sem documentar e legalizar a situação (VOLTOLINI, 2005, p. 57). Isso intensificou-se quando, em 1943, o presidente Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, criou a Colônia Nacional General Ozório (CANGO), que mais tarde teria como sede Francisco Beltrão, cidade vizinha a Pato Branco. A nova colônia tinha como finalidade a atração de mão de obra agrícola, especialmente do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná (WACHOWICZ, 2016, p. 261). No final da década de 1950, companhias passaram a reivindicar o uso e ocupação das terras, instaurando a violência por meio de barbáries cometidas por jagunços em diversas cidades do Sudoeste do Paraná, com destaque para Capanema, Verê, Francisco Beltrão e Pato Branco (BONAMIGO; SCHNEIDER, 2007).

<sup>12</sup> Anexo C.

<sup>13</sup> Anexo D.

formação do anel central de Pato Branco, sendo fundamental para a definição da Praça, deu lugar a uma nova estrutura.

Iniciada em 1960 e inaugurada em 29 de junho de 1965, a obra foi conduzida por frei Gonçalo Orth e contou com a colaboração da população, que trabalhou e doou recursos financeiros, de forma voluntária, para garantir que a cidade tivesse uma igreja com o porte de município que já demonstrava se destacar regionalmente. Para tanto, houve casos de famílias que trabalharam 400 dias para concretizar a edificação (JUNIOR et al., 2009, p. 04).

Todavia, a paisagem arborizada com a predominância dos jardins, que caracterizava a Praça Presidente Vargas nessa época, mudou completamente após uma das principais intervenções físicas realizadas na história desse espaço público. Na transição entre as décadas de 1960 e 1970, um novo projeto de urbanização foi executado na Praça, quando foram extraídas todas as árvores que haviam sido cultivadas no local a partir da década de 1930.

As imagens a seguir comparam a Praça Presidente Vargas, recebendo as intervenções do novo projeto estrutural e como ela era, anos antes, ao sediar a Feira Estudantil do Livro (FIEL) na década de 1960.

Fotografias 5 e 6. Praça Presidente Vargas na década de 1960 e atualmente.



, fonte: Acervo da Prefeitura de Pato Branco.

Aqui, é importante pontuar outro aspecto relevante em relação às transformações e alternâncias desencadeadas pelo poder público. Assim como a Praça está em permanente construção e reconstrução, a relação da população com o local também acompanha esse processo de mudanças. Ocorre que o signo ideológico (praça) torna-se, por vezes, instrumento de refração e de deformação do ser, diante da dominação de determinado grupo social, conforme afirma Bakhtin/Volochínov (2014, p. 48):

Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 48)

Outro exemplo que acompanha essa perspectiva é obra “Largo das Virtudes”, inaugurada, na Praça, em 07 de abril de 2000. As peças que integravam a obra eram de autoria do escultor Kalu Chueiri, inclusive a mais polêmica, a protagonista: a escultura que tinha como proposta retratar o amor entre o homem e a mulher<sup>14</sup>, na figura de um casal nu, no centro do chafariz. A escultura foi retirada da Praça em meados de 2008.

Em matéria publicada pelo jornal Diário do Sudoeste, em 7 de dezembro de 2016, há menção ao embate popular em relação à significação da obra. O texto, com o título “O amor eternizado”, diz que “por parte da comunidade, a obra, que visualmente é composta por um casal nu abraçado, foi criticada. Outra parcela da população por muito tempo se perguntou por onde andava a obra [...]”, (ROSSI, 2016, p. 09).

Há, portanto, uma variação entre as interpretações ideológicas transferidas às esculturas. Bakhtin/Volochínov (2014, p. 33) justifica tal alternância, uma vez que o domínio dos signos é acompanhado por diferentes representações ideológicas, que orientam e refratam a realidade, cada uma de acordo com o campo da atividade humana que representa. Afinal, “cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral”, (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 33).

Ainda nesse sentido, Bakhtin/Volochínov (2014, p. 31) lembram que é importante considerar uma imagem artístico-simbólica enquanto produto ideológico, uma vez que, ao ser “[...] ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico”. Dessa forma, quando o signo recebe o caráter de objeto físico, passa a representar outra realidade (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 31). Esta, por vezes, pode representar diferentes esferas da atividade humana, juntamente com suas várias interpretações e alegorias.

## Conclusões

O presente artigo revela importantes concepções da vida em sociedade, inserida na dinâmica urbana. Mostramos que discursos e enunciados são construídos pela interação, em que a praça pública – enquanto espaço público construído pela experiência individual e coletiva – recebe interferência direta da produção ideológica de sentido, na medida em que resulta da ação

---

<sup>14</sup> Anexo E.

humana. A partir daí, o movimento contínuo de reconfiguração do espaço físico é associado à capacidade humana de criar e ressignificar.

Evidenciamos, portanto, o diálogo existente entre a linguagem e a dinâmica urbana, elucidando que os espaços físicos têm vida, pois são constituídos pela experiência humana e no processo dialógico de criação e recriação de sentidos, permanecendo em constante movimento. Essa percepção é demonstrada pela Praça Presidente Vargas, que aqui aparece como enunciado da vida social. Contudo, não estamos falando do espaço público em seu caráter isolado – e nem poderíamos, uma vez que a Praça resulta da interação e da vida constituída pela coletividade.

No decorrer dos anos, a Praça Presidente Vargas recebeu não somente o convívio social amistoso, mas a população em episódios de mobilização e resistência. Assim, é possível compreender que toda vez que a Praça é utilizada, torna-se instrumento/objeto. Eis, portanto, a presença constante da produção enunciativa e da manifestação discursiva – enquanto gesto inacabado da ação humana.

Assim, ao considerar o espaço público produto da linguagem e do dialogismo, bem como objeto da ação humana, no sentido físico e simbólico, é possível compreender de que forma as diversas intervenções estruturais realizadas na Praça – a alternância composicional formada por vidro, concreto e metal – interferiram no desenvolvimento local. Afinal, quando as obras ocorrem, a ação humana também é renovada. Então, é possível verificar o movimento que a população estabelece com o poder público; e vice-versa.

Os resultados obtidos demonstram os impactos que o formato da cidade, sobretudo as alterações físicas e simbólicas da Praça central da cidade de Pato Branco, geraram (e geram) na dinâmica relacional do município e na população, que vive o local enquanto espaço praticado, que se mantém em movimento por meio das experiências sociais estabelecidas pelos sujeitos que, no dialogismo e na interação, transformam o lugar e reescrevem a história da cidade.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch (V. N. Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane (Orgs). *Revisitando a história: a Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafisul Gráfica e Editora Ltda., 2007.

BUTLER, Judith. *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Cadernos de leitura, n. 78, 2018.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade*. 2007. 434p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000428029>>.

CARDENAL, Jozieli Camila. *Praça Presidente Vargas: luta e resistência na configuração e reconfiguração do espaço público na cidade de Pato Branco - PR*. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FILHO, Antonio Colchete. *Praça XV: projetos do espaço público*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

JUNIOR, Nelson da Luz et al. Matriz São Pedro Apóstolo, uma história que o povo construiu. *XVI Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação - Prêmio Expocom 2009*.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, M. O amor eternizado. *Diário do Sudoeste*, Pato Branco, 07 de dezembro de 2016. Cidade, p. 09.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

SOBRAL, Adail. GIACOMELLI, Karina. *Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso* – ADD. Domínios de Lingu@gem | Uberlândia | vol. 10 n.3 | jul./set. 2016 ISSN 1980-5799. p. 1076-1094.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 1: origens de Pato Branco*. 2.ed. Pato Branco – PR: Imprepel – Gráfica e Editora Ltda, 2005.

\_\_\_\_\_. *Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. 1.ed. Pato Branco – PR: Artepres – Gráfica e Editora Ltda, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 10. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

**Recebido em 01/05/202 – Aprovado em 25/06/2020.**

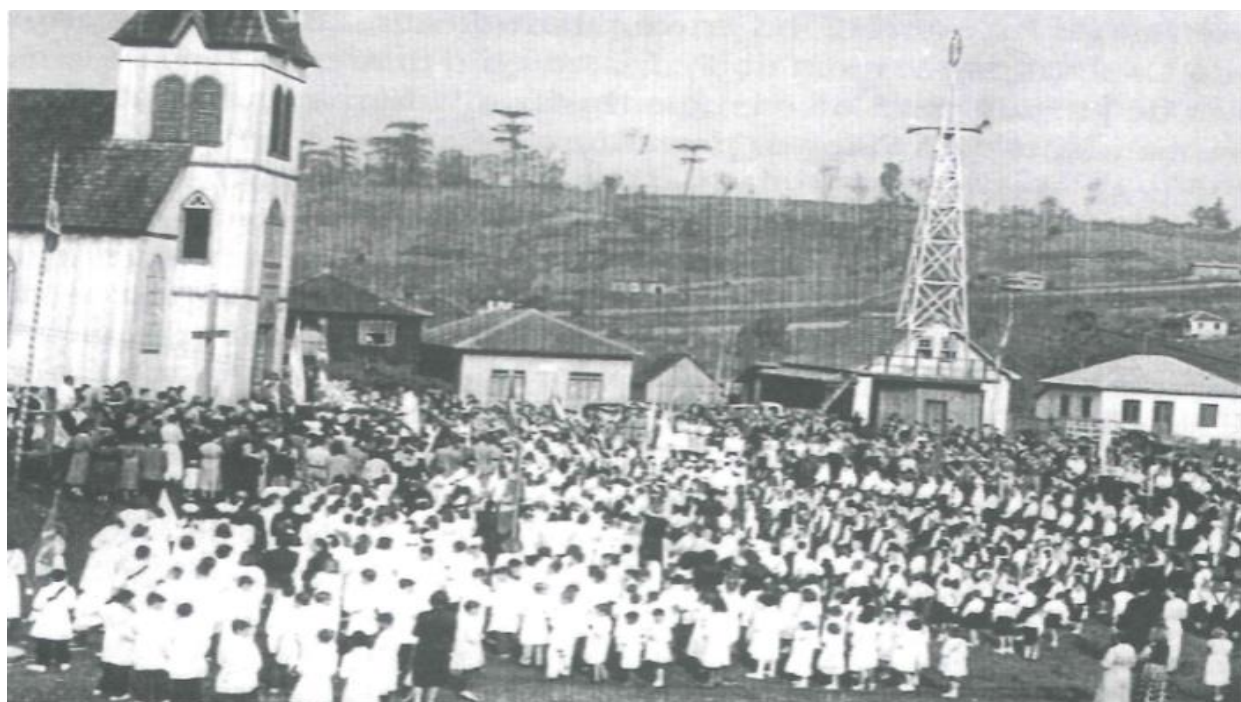


## ANEXOS

ANEXO A: Mapa 1, ilustração criada pela autora, a fim de mostrar a disposição dos principais elementos situados no entorno da Praça Presidente Vargas entre as décadas de 1930 e 1950.



ANEXO B: Torre do Odorzick, em uma comemoração pelo Sete de Setembro.



Foto/fonte: Voltolini (2005, p.335).

ANEXO C: Concentração de agricultores e da comunidade em geral, na Praça Presidente Vargas, em frente à Rádio Colméia.



Foto/fonte: Acervo do Departamento Municipal de Cultura de Pato Branco.

ANEXO D: À esquerda, igreja concluída, pouco antes da inauguração. A outra imagem, mostra a matriz e sua localização diante da Praça.



Foto/fonte: Acervo de João de Paula e acervo da autora.

ANEXO E: Chafariz e a obra Largo das Virtudes em 2003.



Foto/fonte: Acervo da Prefeitura de Pato Branco.